



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



MUSEU MONSENHOR  
ESTANISLAU WOLSKI

MENSAGEM Nº 006/2026

SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES, 13 DE JANEIRO DE 2026.

Aprovado por unanimidade do  
em sessão pública  
12-10-1965  
Pres. Secretário

SENHOR PRESIDENTE:  
EGRÉGIA CÂMARA:

Ao cumprimentar cordialmente Vossas Excelências encaminhamos à apreciação o Projeto de Lei nº 004/2026 que **“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FORMALIZAR PARCERIA VOLUNTÁRIA COM APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES, PARA O FIM QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**.

Tal projeto tem por finalidade a prestação de assistência as crianças, jovens e adultos portadores de necessidades especiais. A Secretaria Municipal de Assistência Social tem por objetivo repassar o recurso do governo federal de media complexidade devido à necessidade desta entidade manter nossos usuários especiais com alta qualidade de atendimento em todas as demandas existentes.

Com isto este repasse é fundamental e necessário à entidade apaeana, pois trata de pessoas em diferentes limitações, nas quais não temos qualificação para atendê-los. Por fim temos a sensibilização de que as pessoas serão tratadas diariamente com qualificação na busca constante pela inclusão social.

Salientamos ainda que a Prefeitura Municipal vem mantendo parceria com a associação supracitada, a qual presta serviços de grande relevância para a nossa sociedade, contribuindo sobremaneira na educação, acompanhamento e auxílio psicológico as crianças e adolescentes que necessitam desse serviço.

Sem mais para o momento, colhemos a oportunidade para enviar cordiais saudações.

  
**FELISBERTO DOS SANTOS FERREIRA**  
Prefeito Municipal

A SUA EXCELÊNCIA O SENHOR  
ROGÉRIO DE SANTIS MORAIS  
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES  
NESTA CIDADE

Recebido  
14/01/26





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



MUSEU MONSENHOR  
ESTANISLAU WOLSKI

**PROJETO DE LEI Nº 004/2026**

Aprovado por unanimidade do  
em sessão pública  
Sessão 16 de 26  
Pres. Secretário

**“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FORMALIZAR PARCERIA VOLUNTÁRIA COM APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES, PARA O FIM QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a **Parceria Voluntária** com a **APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES**, entidade civil, inscrita no CNPJ sob o nº 91.554.022/0001-59, situada na Rua Manoel Flores, 6313, Centro, em Santo Antônio das Missões (RS), visando custear parte das despesas de manutenção das atividades da APAE, e as atividades referentes ao Piso de Transição de Média Complexidade, conforme Plano de Ação das Atividades Sócio Assistenciais para 2026 e nos termos da minuta, de acordo com Lei Federal 13.019/2014 e o Decreto Municipal Nº 4413 de 15 de março de 2017.

**Art. 2º.** Para custear parte das despesas de manutenção das atividades da APAE, o Município repassará a Associação à subvenção no valor de R\$ 9.121,50 (nove mil cento e vinte um reais e cinquenta centavos) em 10 (dez) parcelas mensais no valor de R\$ 912,15 (novecentos e doze reais e quinze centavos) cada parcela, no período de março a dezembro de 2026.

**Art. 3º.** A APAE deverá comprovar mensalmente até o quinto dia útil do mês subsequente, o efetivo atendimento mediante apresentação de relatório, sendo que a prestação de contas da aplicação dos recursos deverá ser apresentada até 30 (trinta) dias após o encerramento do termo de parceria.

**Art. 4º.** O valor será repassado de acordo com a liberação pelo Projeto Atividade, Piso de Transição de Média Complexidade, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Art. 5º.** Caso haja cancelamento do repasse de parcelas oriundas do Projeto Atividade, Piso de Transição de Média Complexidade, ficam cancelados os repasses previstos nesta Lei.

**Art. 6º.** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**




**MUSEU MONSENHOR  
ESTANISLAU WOLSKI**

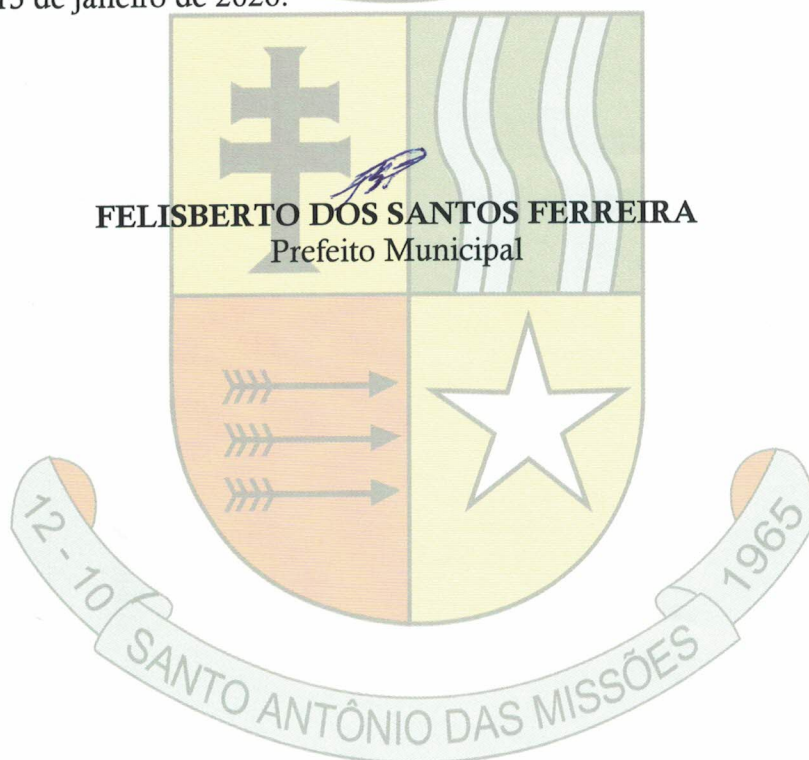
**ÓRGÃO – 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**09.02 08 0244 0140 2,099 PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO**  
**A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS (PAEFI)**  
**395 1660 3350 43 00 00 00 Subvenções Sociais**

**Art. 7º.** O Termo vigorará até 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescendido a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que caiba qualquer tipo de indenização.

**Art. 8º.** Esta Lei entrará em vigor em 01 de março de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES, 13 de janeiro de 2026.**

  
**FELISBERTO DOS SANTOS FERREIRA**  
Prefeito Municipal







# **Câmara Municipal de Vereadores**

## **Santo Antônio das Missões - RS**

TRABALHANDO EM DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO



### **PARECER JURÍDICO N.º 07/2026**

**Assunto:** Análise do Projeto de Lei n.º 004/2026 – Autoriza Parceria Voluntária com APAE.

#### **I. RELATÓRIO**

O PL n.º 004/2026 visa autorizar a formalização de Parceria Voluntária com a APAE de Santo Antônio das Missões. Foi encaminhado para análise jurídica.

#### **II. ANÁLISE JURÍDICA E FUNDAMENTAÇÃO**

A matéria encontra-se em consonância com a estrutura jurídica vigente:

1. **Constitucionalidade Formal:** O PL é de iniciativa do Executivo e a matéria é tratada por lei ordinária, conforme artigos 36, II e 37, I da Lei Orgânica Municipal. Não há óbices quanto ao processo legislativo.

2. **Constitucionalidade Material:** Não há violação às Constituições Federal ou Estadual. A parceria com OSCs (APAE) é amparada pela Lei Federal n.º 13.019/2014, e o apoio à educação especial (APAE) está previsto no artigo 124 da Lei Orgânica Municipal.

3. **Juridicidade e Legalidade:** O projeto respeita o ordenamento jurídico e as formalidades regimentais, contando com previsão orçamentária para o repasse.

4. **Técnica Legislativa:** A redação atende às regras da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno.

#### **III. CONCLUSÃO**

O Projeto de Lei n.º 004/2026 é **juridicamente viável**, atendendo aos requisitos de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa. O quórum para sua aprovação é de maioria absoluta dos vereadores, conforme Art. 265, § 1º, inciso V, do Regimento Interno.

Santo Antônio das Missões/RS, 16 de janeiro de 2026.

**VANDERSON BARCELOS GODOI**  
**ASSESSOR JURÍDICO - OAB/RS 94.396**



# **Câmara Municipal de Vereadores**

## **Santo Antônio das Missões - RS**

**TRABALHANDO EM DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO**



### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

#### **PARECER PROJETO DE LEI Nº 004/2026**

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR, no dia 16 de janeiro de 2026, às 12h, reuniu-se nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, para fins de análise e parecer ao Projeto de Lei nº 004/2026, advindo do Executivo Municipal, que "Autoriza o Executivo Municipal a formalizar parceria voluntária com APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santo Antônio das Missões, para o fim que especifica, e dá outras providências".

Em consonância com o que preconiza o art. 84 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, após análise, esta Comissão opina favoravelmente pela tramitação e votação do presente Projeto de Lei.

Sala de Sessões, 16 de janeiro de 2026.

THOMÁS BALBÉ SARMENTO  
Presidente

CRISTIANO DUTRA NUNES  
Secretário

JOÃO FLÁVIO SOUZA DA CUNHA  
Relator